



Parque Oriental e Vale de Campanhã

A zona oriental da cidade do Porto é regularmente referida por políticos e cidadãos como uma zona degradada, marginalizada, onde se concentram diversos problemas que carecem de resolução. Efectivamente constatamos que, pelo menos em parte devido ao reduzido investimento público que a área tem recebido e à sua errada orientação, se trata de uma um território algo inóspito, de difícil acesso, claramente suburbano e sem pontos de referência, apesar de nele subsistirem fortes marcas de ruralidade. A construção do Bairro do Lagarteiro em 1958, à luz do paradigma da época – que preconizava uma certa segregação classista – acentuou o efeito descrito. Aliás, regra geral, pode-se dizer que a habitação social foi em grande parte “atirada” para os limites do concelho, como que procurando afastar e concentrar a camada mais desfavorecida da população.

Este é, pois, o cenário actual do Vale de Campanhã, e é o cenário com o qual os decisores de hoje têm de lidar. O PDM deverá, pois, procurar corrigir esta situação. Os 10 anos de vigência do Plano são, em princípio, suficientes para o assegurar, desde que o rumo seguido seja bem pensado e estruturado.

Uma visão da zona oriental do Porto

Qual o futuro da zona oriental do Porto? É esta a pergunta a que planeadores e cidadãos deverão, antes de mais, responder. Afinal, o que se pretende para todo aquele espaço? Como corrigir os problemas que actualmente enfrenta? Como o tornar urbano e convidativo para as pessoas? Não há soluções fáceis, mas os bons princípios do urbanismo apontam-nos algumas directrizes:

- o edificado deve integrar-se na paisagem e implantar-se de uma forma ordenada, obedecendo a algum critério. Fundamentalmente, são de evitar novas manchas de construção, sendo normalmente preferível ampliar tecidos já existentes e apenas nos casos em que tal se justifique;
- o edificado deve, ele próprio, propiciar o contacto entre diversas classes sociais e a diversidade de utilizações (habitação, comércio e serviços, no caso em apreço);
- à malha do edificado deve corresponder uma rede de espaços públicos, de vivência comunitária, que possam servir de referência comum;
- é necessário não só promover a diversidade dos espaços mas também a sua identidade, valorizando aspectos típicos, tradições, costumes, bem como o património natural e construído;

- a rede viária e eventualmente ferroviária deve tornar a malha urbana suficientemente permeável para impedir a sua “guetização” ou, se quisermos, fomentar a sua integração a uma escala urbana de nível superior.

Considerando o carácter fortemente rural desta zona da cidade, há antes de mais que pensar até que ponto se justifica ampliar a já extensa malha urbana do Porto. Mesmo numa óptica regional, admitindo que a cidade há muito extravasou os seus limites administrativos – em boa parte devido ao caos urbanístico que grassa em todo o país –, há que reflectir se o rumo que se pretende é o de ocupar de forma sistemática todos os terrenos livres ou se, pelo contrário, é de estimular a existência de várias bolsas de dimensão média e elevada para garantir a subsistência e vitalidade dos vários sistemas naturais. A estes espaços devem-se acrescentar as zonas agrícolas, cuja função, apesar de renegada, é de primordial importância para o abastecimento alimentar de proximidade (e, logo, com menores impactos ambientais associados).

Pensamos que o futuro da zona oriental da cidade deve residir, fundamentalmente, em potenciar o uso agrícola do solo que ainda é cultivado, o carácter rural da malha urbana com essas características (núcleo de Azevedo) e o normal funcionamento dos sistemas naturais, com particular destaque para a relação dos rios Tinto e Torto com os seus vales e com o Douro, estimulando sempre a fruição pública e o contacto dos cidadãos com a natureza.

Nenhuma outra zona da cidade tem este potencial. De facto, trata-se de um potencial único no Porto e de enorme valor, sobretudo se atentarmos à dimensão do espaço em causa e às características já referidas.

Daqui infere-se que aplicar ao Vale de Campanhã qualquer um dos padrões de desenvolvimento que encontramos na cidade intra-VCI (já que a cidade extra-VCI é, por norma, pouco qualificada e, como tal, não serviria de termo de comparação), se revelaria um erro, porquanto o resultado global seria um território menos diverso e mais monótono, ao invés de um território pontuado por diferentes valências, complementares entre si, mas todas elas relevantes.

As propostas do Plano

Podem-se resumir como grandes opções do PDM para a zona em causa:

Acções propostas	Explicação das acções contida no PDM
Concretização do Parque Oriental e do Agroparque, constituídos, respectivamente, por parte dos vales dos Rios Tinto e Torto, respectivamente	• Integrado no percurso Antas/rio Tinto da Estrutura Ecológica Municipal. • Prolongamento pelo vale do rio Tinto e até à Serra de Valongo a propor aos dois municípios.

Acções propostas	Explicação das acções contida no PDM
Concretização do Parque do Outeiro do Tine (contíguo ao Agroparque)	• Integrado no percurso Antas/rio Tinto da Estrutura Ecológica Municipal. • Prolongamento pelo vale do rio Tinto e até à Serra de Valongo a propor aos dois municípios.
Ampliação do Horto da Quinta das Areias	
Lançamento da UOPG da Quinta da Revolta	• “Pretende-se a disponibilização de terrenos a integrar no Parque Oriental da Cidade e a execução da via que o delimita a nascente, com carácter zonal em termos de uso do solo.” • Com habitação colectiva, podendo incluir comércio e serviços. • A processar-se através de operação de loteamento.
Lançamento da UOPG do Lagarteiro	• “Pretende-se a estruturação da expansão urbana da zona do Lagarteiro, promovendo a integração urbana e social dos Bairros adjacentes”. • Com habitação e inclusão de comércio e serviços de apoio. • A disponibilizar para o domínio municipal uma área com cerca de 30% para instalação de equipamentos que favoreçam a integração social das comunidades envolventes e a instalar. • A processar-se através de operação de loteamento, com associação de proprietários.
Continuação da Alameda de Cartes, com ligação a Gondomar	• Permitirá uma melhor ligação entre as Antas e Gondomar. • Relacionar a zona com o Parque Oriental e Valbom. • Aumento da área de influência das novas dinâmicas na zona de Campanhã. • Estrutura o Vale de Campanhã.
Construção da Colectora de Azevedo, desde o Freixo até à Circunvalação	• Estrutura o Vale de Campanhã.
Construção de equipamentos associados ao Parque Oriental (não especificados)	• “Equipamentos estruturantes e de âmbito metropolitano que reforcem a afirmação do Porto como a principal centralidade regional”.
Construção de um Centro Social e de Saúde junto ao Bairro do Lagarteiro	• (ver UOPG do Lagarteiro)

Crítica às propostas do Plano

a) Parte-se do princípio que, considerando a importância estratégica de um PDM e os custos associados à sua concretização, todas as acções por ele propostas são devidamente

justificadas, tendo por base o diagnóstico realizado e os objectivos que se pretendem atingir. É ainda necessário que o PDM assegure a articulação entre esses objectivos, excluindo acções contraditórias entre si que poriam em causa a prossecução de alguns deles. No caso concreto em apreço, a relação entre objectivos e acções não ficou estabelecida de uma forma clara, mais parecendo, por vezes, que se tratam de ideias que surgiram um pouco ao acaso, dado o laconismo das justificações que podemos encontrar no PDM;

- b) O Plano contraria claramente a visão da Campo Aberto para o Vale de Campanhã. Como já referimos, pensamos que este deve ser uma área em que a conservação e funcionamento dos sistemas naturais são prioritários, bem como a manutenção e valorização da actividade agrícola ainda existente, aliados à fruição pública dos espaços. Em termos globais, o modelo preconizado pelo PDM consiste na criação de dois parques (um deles agrícola) imbuídos numa malha urbana significativamente maior do que a existente, ela própria alicerçada numa rede viária fortemente ampliada;
- c) Neste caso, o ónus da prova deve recair sobre quem pretende construir, ou seja, a equipa do Plano é que deverá demonstrar que o crescimento urbano proposto é compatível com uma cidade e região sustentáveis. Dito de outra forma, devem provar que o desenvolvimento do Vale de Campanhã de forma semelhante a tantas outras zonas da cidade faz algum sentido, sobretudo se considerarmos o excesso de oferta de alojamentos que os indicadores apontam;
- d) A rede viária proposta – continuação da Alameda de Cartes, Colectora de Azevedo e ligação da primeira à Circunvalação (que, estranhamente, não consta do Plano) – terá um efeito esmagador sobre o Vale de Campanhã, esventrando-o irremediavelmente. As novas estradas, com perfil semelhante a auto-estrada (2 faixas para cada sentido separadas por um corredor central), servirão para definir em boa parte os limites das áreas verdes (sobretudo do Parque Oriental) e criar novas zonas de construção. Naturalmente, esta área de expansão urbana é conseguida à custa de terrenos que deveriam integrar as zonas verdes;
- e) Acresce que, devido à orografia do terreno, as referidas vias obrigarão a taludes de grande dimensão (alguns com 10 metros de altura!), o que contrasta de forma flagrante com o carácter natural ou urbano que se pretende para o Vale;
- f) Por tudo isto, algumas zonas do Parque Oriental tornar-se-ão uma espécie de “enclaves”, cercadas por estradas de grande dimensão e totalmente inóspitas para o cidadão. Algumas zonas do Parque ficarão com pouco mais de 50 metros de largura, o que, aliado ao relevo do Vale e aos taludes da Circunvalação e da Colectora de Azevedo, criará no cidadão a sensação de estar aprisionado, esmagado pela envolvente terrífica que se antevê;
- g) A expansão urbana também porá fim à continuidade geográfica e paisagística que ainda hoje existe em alguns locais entre os vales dos rios Tinto e Torto. Sobretudo, inviabilizará a criação de corredores verdes com dimensão relevante para aquele fim. Não será exagerado dizer que os dois vales ficarão definitivamente separados por uma cortina de betão apenas transponível por pequenos arruamentos ou pela Alameda de Cartes;
- h) A lógica patente nas UOPGs propostas para a zona é a da “engenharia financeira”. A Câmara parece assumir que o Parque se terá de pagar a si próprio, usando o modelo da Expo 98 e o

que foi tentado para o Parque da Cidade. Note-se que o sistema de perequação e de cedência de áreas para o domínio público do município que as UOPGs permitem se revela extremamente vantajoso noutras ocasiões. Acontece porém que não é aceitável condenar, pelo menos em parte, a integridade paisagística e a dimensão das zonas verdes para que a autarquia possa reduzir o seu investimento. Inclusivamente, este tipo de compromissos está na origem de formas perfeitamente disformes que os Parques por vezes assumem (como se pode observar na figura).

Alguns aspectos a ter em consideração

Apesar de todas as críticas que fazemos à rede viária pensada para o Vale de Campanhã, parece-nos ainda assim importante contrariar o isolamento do Bairro do Lagarteiro e do lugar de Azevedo, que está provavelmente na origem de alguns dos problemas sociais existentes. Tal poderia eventualmente ser conseguido através de uma nova ligação NO-SE entre a Circunvalação e Gondomar, cortando o Bairro (que vai ser reformulado) e desembocando na Estrada Municipal 1429, que poderia ser beneficiada. Esta, por sua vez, termina na Estrada Regional 209, que faz a ligação a Gondomar. O arruamento que propomos substituiria as propostas do Plano. Dever-se-á em todo o caso evitar um efeito barreira acentuado, nomeadamente através da redução do número de faixas para uma em cada sentido, que se afigura suficiente (de acordo com a proposta da Campo Aberto), e com passeios largos e arborizados. Esta proposta carece naturalmente de revisão técnica, já que o relevo do local, com declives acentuados, pode condicionar a solução a adoptar.

Relativamente às vias já existentes, como a Circunvalação e IC29, há que implementar medidas com vista à redução do impacto que têm sobre o Vale de Campanhã. A arborização dos taludes e zonas envolventes teria seguramente um efeito bastante positivo.

Parece-nos acertado acautelar algumas áreas de equipamento para o Vale de Campanhã, apesar de serem eventualmente excessivas. Espera-se que as estruturas a construir possam cativar a visita de habitantes oriundos de outras zonas da cidade ou mesmo fora dela. Por que não, por exemplo, instalar um eco-museu sobre a actividade agrícola e práticas tradicionais, incluindo um viveiro com as espécies utilizadas, sua biologia e venda de sementes? Ou de uma biblioteca? Alertamos contudo para a necessidade de se evitarem grandes volumetrias que possam ser agressivas à paisagem, bem como para o cuidado a pôr na arborização das áreas envolventes. Queremos jardins bem pensados e com qualidade, algo que de nos possamos orgulhar no futuro.

Campo Aberto – Associação de Defesa do Ambiente

Apartado 5052

4018-001 Porto

Faxe: 22 975 95 92